

A realização do VIII Prolatino constituiu um êxito assinalável. Conheça a sua génese e o essencial das comunicações proferidas por Irineu de Mula e Domingos Cravo.

VIII Prolatino – Breve Resenha

Por Avelino Antão

O Prolatino pretende difundir a Contabilidade como ciência e evidenciar o grande contributo dos países latinos no desenvolvimento do pensamento contabilístico. A sua génese situa-se no Brasil e teve como seu criador e impulsionador o Professor António Lopes de Sá, que nos contou a história do Prolatino:

«Nasceu o Prolatino através de um projecto do Prof. Dr. António Lopes de Sá elaborado em 1997.

O primeiro evento ocorreu a seguir, na cidade de Salvador, Bahia, sob os auspícios da Fundação Visconde Cairú, instituto presidido pelo líder contador professor Walter Crispim da Silva.

Apoiou a iniciativa a Academia Brasileira de Ciências Contábeis e, logo depois, todos os demais Prolatino, o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais dos Estados que foram sedes do evento (Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e São Paulo).

O objectivo do conclave foi o de buscar em Portugal, Espanha e Itália, assim como nos países sul-americanos conferencistas que pudessem trazer o pensamento dos países latinos.

Via-se nisto uma oportunidade de dar um sentido realmente universitário ao evento, com uma cultura aberta que permitisse a oportunidade que estava sendo sonhada pela pressão da imposição dos modelos anglo-saxónicos.

Após o bem sucedido primeiro evento, e logo no ano seguinte, realizou-se em Belo Horizonte um novo evento e assim foi sendo sucedido em São Luiz do Maranhão, Poços de Caldas em Minas Gerais, Recife,

em Pernambuco, São Paulo e novamente em Salvador, Bahia.

Em 2006, pela primeira vez, por influência do CTOC, sob a liderança de António Domingues de Azevedo, realizou o primeiro evento em Portugal, com um retumbante sucesso.

As oito edições do que hoje se denomina Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino, consolidaram o evento.»

António Lopes de Sá apresenta as justificações, objectivos e finalidades:

«**Justificações** – O ritmo acelerado da transformação da cultura contábil, sob os impactos da informática, telemática, cibernética, globalização dos mercados e concentração de capitais, exige actualização constante e ágil de conhecimentos, assim como preparação de profissionais de alta qualidade e esta é a missão do Prolatino.

As permanentes e modernas exigências educacionais direccionam-se para a “qualidade” cada vez maior do ensino superior e para um conhecimento cada vez mais científico e filosófico da Contabilidade por parte de todos os profissionais e estudiosos.

Precisamos de alta qualidade no mercado de trabalho, em todo o nosso país, mas isto depende de educação aprimorada dos professores universitários, de uma consciencialização dos estudantes e dos profissionais em geral, justificando eventos desta ordem e natureza.

Objectivos – Avaliar o progresso científico contábil no mundo latino;

Promover debates livres e convivência com autoridades intelectuais;

Actualizar e harmonizar conhecimentos;



Avelino Antão
• Membro da Comissão
Organizadora do VIII Prolatino

Harmonizar linha cultural nacional com o mundo acadêmico internacional;
 Proteger a cultura latina e que é a das origens da ciência da Contabilidade;
 Promover meios de um constante progresso científico e desenvolvimento de pesquisa que possa alimentá-lo no mundo latino;
 Estimular o ensino de ciências contábeis;
 Incentivar a reflexão sobre o conhecimento contábil;
 Revigorar imagem da classe contábil no âmbito social em alto nível.

Finalidades - Aproximação e difusão cultural contábil dos intelectuais e estudiosos, principalmente dos países de línguas latinas, melhorando o interesse pela integração especialmente para reciclar professores para a melhoria do ensino, promovendo educação continuada altamente qualificada, necessária a professores, paralelamente ao estímulo para o valor da ciência da Contabilidade.»

Normalização Contabilística

Realizado pela primeira vez fora do Brasil, o Prolatino afirma-se na promoção da cultura contabilística latina contando com a colaboração de grandes vultos do mundo da contabilidade do Brasil, Espanha, Itália, França, Argentina e Portugal.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas em boa hora soube criar condições para que profissionais, docentes e investigadores da contabilidade se juntassem para debaterem temas da ciência contabilística. Nos dias 7 e 8 de Abril cerca de 1400 pessoas de diversos países debruçaram-se sobre o passado, presente e futuro da Contabilidade em Portugal e no Mundo.

No dia 7, após a sessão de abertura, no painel da “Normalização Contabilística”, o professor Irineu de Mula (Brasil) apresentou uma comunicação intitulada «O papel dos países latinos na Normalização Internacional». Iniciou com uma breve resenha histórica do processo de convergência no Brasil, desde 1940. Era um processo de base legal que se iniciou com o Decreto Lei n.º 2627/40.

Actualmente, diversos organismos têm poder de normalização. Têm em vigor a cha-

mada Lei das S/A (Lei n.º 6404/76 aplicável a todas as entidades).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) produz normas de adopção obrigatória para as sociedades de Capital Aberto ou equiparadas (acima da Lei das S/A); O Banco Central normaliza para as entidades financeiras ou equivalentes (acima da Lei das S/A) e ainda outros como por exemplo o SUSEP⁽¹⁾, Agências Reguladoras, Receita Federal e o Ministério da Previdência (entre outros). Esta diversidade de entidades emissoras de normas tem prejudicado e atrasado o processo de harmonização contabilística no Brasil. Por outro lado, existem dificuldades quanto à convergência das “Normas Contábeis Brasileiras” às Normas Internacionais pois, de acordo com o autor, os Estados Unidos querem fazer prevalecer, a todo o custo, os seus interesses. Actualmente, no Brasil, as normas internacionais não têm um efeito vinculativo, mas meramente informativo, pelo que legalmente valem apenas as normas internas, em relação às quais a grande preocupação é a unificação das práticas contabilísticas.

A nível profissional é relevante o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que congrega 346 mil contabilistas, sendo 156 mil contadores (nível universitário) e 190 mil técnicos em Contabilidade (nível secundário), contando ainda com Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) em 27 estados.

As Normas Brasileiras de Contabilidade são preparadas por Grupos de Estudo (GE) e Grupo de Trabalho (GT), e incluem Interpretações e Comunicações Técnicas (cerca de 80 em vigor), sendo os GE e GT compostos por membros de grande reputação profissional e que representam os diversos segmentos da sociedade (CFC, IBRACON⁽²⁾, Banco Central, SUSEP, Ministérios da Previdência, Educação e do Trabalho, INSS, Secretaria Federal de Controle, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal).

O segundo tema do painel da “Normalização Contabilística” intitulado «O futuro



da Normalização Contabilística em Portugal» teve como orador o professor Domingos Cravo (Portugal) que iniciou a sua intervenção evidenciando que as opções contabilísticas produzem efeitos económicos importantes. No domínio da aplicação no terreno das regras contabilísticas induzindo essas regras efeitos económicos nas empresas e no Estado, as opções contabilísticas saem do domínio técnico para o domínio político, obedecendo a interesses de carácter técnico. Nos países que, como Portugal, pertencem à União Europeia, a normalização contabilística terá obrigatoriamente como pano de fundo as Directivas Comunitárias, que têm um elevado número de opções, fruto da conjugação dos interesses dos vários Estados membros, pelo que não existe um modelo harmónico, faltando um corpo coerente de teoria.

Para ultrapassar estes problemas, a Europa faz publicar o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho adoptando as chamadas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), preparadas muito mais para os investidores e menos para a protecção de credores como é tradição dos países da Europa continental. Grave é considerando ainda o facto de se tratar de um processo em que há falta de democrática-

de, pois as IFRS são aprovadas por um conjunto de pessoas que não são eleitas. Aliás, o organismo normalizador (IASB – *International Accounting Standards Board*) é financiado por algumas empresas privadas, que esperam naturalmente algum retorno. A União Europeia, numa tentativa de acautelar um pouco estas preocupações, subordina a adopção das IFRS ao interesse público europeu, que mais não é do que uma escapatória para o controlo dos efeitos económicos.

Por outro lado, a tendência actual para a consideração do *fair-value* como critério valorimétrico acarreta preocupações acrescidas tendo em conta a sua subjectividade, levando ainda a que as contas das empresas melhorem quando o mercado está bom e piorem quando o mercado está mau, ou seja, valoriza o imediato em detrimento da consistência, o que parece ir ao arripio da nova redacção do art. 64.º do Código das Sociedades Comerciais, que privilegia os interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus trabalhadores, clientes e credores.

Este cenário é propiciador de conflitos éticos entre os profissionais da contabilidade e os utentes das demonstrações financeiras.

No próximo número da Revista «TOC» serão relacionadas as linhas de força das restantes comunicações apresentadas durante o VIII Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino. ★

(Texto recebido pela CTOC em Maio de 2006)

(1) SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros.

(2) Instituto de Auditores Independentes do Brasil.